

“NO MEU REINO, NENHUM PÁSSARO VOA NEM FOLHA ALGUMA SE MOVE, SE ESTA NÃO FOR MINHA VONTADE”: O CARÁTER DESPÓTICO DOS INCAS

Tiago da Silva Fernandes

Eduardo Teixeira Silva

RESUMO

Uma visão dualista de história, de vítima e algoz, limita a margem de interpretação histórica. Assim procuramos nesse artigo, onde o Império inca é o objeto de estudo, mostrar que havia exploração organizada na América antes da invasão espanhola. Trataremos a idéia de um estado essencialmente militarista – devido a sua dedicação ao expansionismo através da conquista de uma área vasta e com diversificadas etnias – que dava não apenas condições privilegiadas de existência para uma elite do estado, mas também que fornecia condições de subsistência para as famílias residentes na área do Estado inca. Esse através das obras públicas fornecia, por exemplo, terras férteis onde as famílias camponesas podiam plantar. E, mesmo que a mão-de-obra utilizada para executar tais obras fosse compulsória, não podemos deixar de observar a importância dessas obras para a sobrevivência dos sujeitos e famílias que residem nos limites do Império. Ainda trataremos da complexa administração imperial para a manutenção do estado inca, não só em seu aspecto exploratório, mas também como a administração contribuía para as condições de existência da população inca em geral.

Palavras-chave: Despotismo; Exploração; Militarismo; Coerção.

INTRODUÇÃO

De acordo com as fontes bibliográficas, dentre elas, os cronistas espanhóis do século XVI, como por exemplo, Pedro Cieza de León, Felipe Huaman Poma de Ayala e El Inca Garcilaso de la Vega, podemos traçar um perfil social, econômico, político e religioso dos povos pré-colombianos, mais especificamente dos incas.

É notável e impressionante o quão complexo sistema administrativo-burocrático, político e econômico desenvolvido pelos incas, como por exemplo, a agricultura, desenvolvida em terras altas do que hoje conhecemos como Peru.

Porém, ao mesmo tempo tão maravilhoso, podemos dizer, de certa forma, injusto, visto que a grande maioria dos camponeses incas é que trabalhavam para sustentar o Estado inca e a maioria de uma classe de nobres e o clero. Entretanto, não podemos esquecer de ressaltar que todos os cidadãos incas tinham funções específicas dentro do império inca, como por exemplo, os curacas, na administração dos ayllus.

Podemos dizer que o Estado, unidade superior, se apropriava do produto excedente, sobre forma do imposto coletivo pago pelos camponeses e que era cobrado pelos funcionários do Estado.

Autores como Aquino, Jesus e Oscar consideram toda essa imbricada relação político-administrativo configurada dentro do chamado “Modo de Produção Asiático”:

(...) caracterizado pela existência de comunidades aldeãs, onde predominava formas de propriedade comum do solo, organizadas sobre a base das relações de parentesco de uma unidade superior – o Estado – que controlava os recursos econômicos e se apropriava diretamente de uma parte do excedente do trabalho e da produção dessas comunidades.¹

Mas devemos ter cuidado com o uso desse tipo de conceito para as sociedades americanas pré-colombianas. Os incas tiveram seu próprio modo de produção. O Império inca foi localizado num tempo e espaço diverso, por exemplo, do império mesopotâmico. Assim torna-se problemático designar o modo de produção incaico a partir do asiático – Ásia e América, além de distantes espacialmente, têm historicidades, temporalidades, diferentes. Utilizaremos a expressão Modo de Produção Asiático – aplicada à civilização inca – considerando as semelhanças político-administrativas entre a situação inca e a situação asiática: grandes obras hidráulicas; soberanos identificados com divindades; comunidades aldeãs com unidades de produção básicas etc.

O inca Atahualpa, assim como os demais imperadores incas, soube muito bem se apropriar de determinadas instituições para controlar os povos submetidos ao império

inca. Note-se nas próprias palavras do inca Atahualpa dirigidas ao conquistador Pizarro: “no meu reino nenhum passáro voa nem folha alguma se move, se esta não for minha vontade.”²

Além disso, outras instituições como leis e religião eram usadas como elementos para persuadir, justificar e legitimar o poder do governante; contudo, os povos que eram subjulgados pelo império inca tinham preservado, por exemplo, suas divindades religiosas, que eram ao mesmo tempo introduzidas no panteão religioso dos incas.

Podemos falar ainda que esses governos tinham uma forma de teocracia hereditária, isto é, o poder era passado de pai para filho, não necessariamente o mais velho, mas sim o mais capaz de administrar o império. “ O Inca, soberano supremo, é ao mesmo tempo uma divindade que transmite o poder aos seus filhos.”³

Dentro ainda da estrutura administrativa do império inca podemos mencionar outros elementos que faziam parte dessa complexa rede de administração, como por exemplo, o papel que era desempenhado pelos curacas na administração dos ayllus, que estavam encarregados de supervisionar um número de dez famílias e também estava responsável pela cobrança de impostos.

Outro importante representante do Estado inca era o decurião, que dentre outras atividades exercidas por ele tinha o papel de observar a educação dos filhos dos camponeses incas, por exemplo. Medida esta que era cuidadosamente aplicada dentro do império inca para que se evitasse, dessa forma, que o jovem inca pudesse, digamos, transgredir as leis e com isso colocasse em risco a ordem dentro daquele Estado.

O império inca pode ser pensado dentro de um sistema econômico, político, religioso e ideológico que tinha uma organização baseada na exploração da comunidade aldeã por uma elite do Estado, formada por sacerdotes, guerreiros e burocratas.

ESTADO INCA: MILITAR E EXPANSIONISTA

A partir do ano de 1438, em que é consagrado o nono Inca (Pachacutec), temos o início da Era Imperial dos incas, ou seja o período da expansão militar e do posterior

aprimoramento administrativo do Império. Durante os dois séculos anteriores os incas haviam submetido apenas alguns povos vizinhos dos arredores de Cuzco.

Através de empreitadas militares, Pachacutec buscou não apenas ampliar seus recursos, mas também difundir a cultura e a religião inca. E para garantir a vitória, sem necessidade da ocorrência de uma batalha, Pachacutec sabia que “às vezes bastava inspirar o terror aos inimigos”⁴. Assim, enviava mensageiros que anunciavam as vantagens de uma rendição: “promessa de paz e dádivas, aliada à indisfarçada ameaça de massacre em caso de resistência”.⁵

A área imperial, que se estendia ao longo da cordilheira dos Andes, da Colômbia ao Chile, possuía uma grande extensão – mais de 4 mil Km – que demandava a manutenção de um contingente militar numeroso, que deveria estar, sempre que necessário, preparado para reprimir qualquer revolta ou resistência que questionasse o poderio do Império Inca. Esse, devido ao seu vasto domínio, onde haviam etnias das mais diversas possíveis, para assegurar a unidade imperial, deveria ostentar o seu poderio diante de seus súditos e dominados com um força militar que fosse bastante organizada.

Diferentemente dos conquistadores espanhóis, que dominaram militarmente os povos pré-colombianos e não toleraram a religião desses povos – através da profanação das divindades incas e da imposição da fé católica – , os incas introduziam em seu panteão religioso as divindades locais dos povos conquistados, que recebiam permissão para continuar a cultuar os seus deuses, sendo exigido aos tais povos o culto ao deus Sol (Inti), venerado pelo Estado inca.

Tal política de tolerância religiosa contribuía, em certa medida, para criar laços que amarrassem a unidade imperial, ou seja, criar uma religião comum ao Império. Mas devemos ter o cuidado de observar que tal tolerância, na verdade, era também uma forma de submeter os ídolos locais e conseqüentemente os povos que os adoravam.

Outra política adotada durante a expansão do Império consistia na manutenção dos líderes das comunidades conquistadas. Esses líderes recebiam a designação de curacas e eram muito importantes para manter a unidade imperial. Pois, como a área

imperial crescia, nela era cada vez maior o contingente de comunidades e famílias, o que demandava uma administração complexa e que pudesse levar o poder do Estado a cada fragmento do Império. Assim, a cada 10 famílias correspondia 1 curaca, que era incumbido de cobrar os tributos que tais famílias deviam ao Estado.

Acontece que os líderes étnicos (curacas), de acordo com a leitura do antropólogo Jonh Murra⁶, não eram garantia de que as decisões locais estejam nas mãos do Estado inca, pois o Estado estava representado por líderes locais que eram os efetivos senhores de tais localidades e, em contraposição, os incas eram os invasores (conquistadores). Assim, a capacidade da autoridade étnica de mobilizar e controlar grandes números de cultivadores, construtores ou soldados foi dada como certa e provada nos primeiros dias da invasão européia quando Pizarro contou com seus aliados – líderes locais que se aliaram às tropas de Pizarro durante sua invasão ao Império – para recrutar tropas e carregadores, sem os quais a invasão não teria sucesso – devido, por exemplo, às dificuldades de deslocamento que a região bastante acidentada dos andes oferece.

A dominação do vasto Império Inca demandou uma forte base militar para a sua conquista e um estado altamente hierarquizado para a manutenção de seu império.

O fato do Estado inca ser militarizado não significa interpretá-lo como um estado repressor, tirânico, ou que utilizava da violência generalizada para manter o Império. Pois a execução de grandes obras públicas, como as obras hidráulicas de construção de canais, apesar de serem executadas através de um trabalho compulsório (mit'a), para o desenvolvimento da agricultura em locais onde eram quase impossíveis de executar tal atividade, eram essenciais não só para o sustento e viabilização do Império, mas também para garantir terras férteis onde diversos sujeitos e famílias pudessem utilizá-las para a subsistência, dada as dificuldades que as regiões altamente acidentadas do Império ofereciam para a agricultura e para a realização de tais obras que necessitavam, além de conhecimento técnico, de numerosa e organizada mão-de-obra.

ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

No império inca, podemos falar que o trabalho era considerado a base de sustentação desse império, sendo que a grande parte dos trabalhadores eram os camponeses que se dedicavam principalmente ao trabalho agrícola. Estes trabalhadores cultivavam não só as suas terras, mas as do Estado (Soberano Inca) e as do clero (Sacerdotes).

Do trabalho agrícola, o Estado inca não dispensava nem mulheres e nem crianças. Todos trabalhavam. Com isso, o império inca “não tolerava ninguém que fosse preguiçoso ou que tentasse viver do trabalho alheio”⁷. Percebe-se, dessa forma, o caráter autoritário do Estado inca de tal forma que, todos deveriam trabalhar para o sustento do Estado e de uma elite inca, que desempenhavam outras funções dentro da administração do império inca.

Viver do trabalho alheio era intolerável para o camponês, mas não para os representantes do Estado inca.

Os imperadores incas souberam se apropriar muito bem do trabalho dos camponeses, explorando-os durante praticamente toda sua vida. Além disso, os camponeses incas eram obrigados a pagar diferentes impostos, dentre eles, podemos citar o imposto coletivo que era cobrado em cima do produto excedente produzido pelo camponês; este imposto era cobrado por funcionários do Estado, denominados de curacas, que além de cobrar os impostos administravam os ayllus, “comunidades patrilinear formada por certo número de famílias extensas que viviam próximas umas das outras e que trabalhavam coletivamente”⁸.

Segundo o texto “As Sociedades Agrárias”, dos autores Aquino, Jesus e Oscar, a existência combinada desses ayllus – comunidades aldeãs – e do Estado, que controlava os recursos econômicos e se apropriava diretamente de uma parte do excedente do trabalho e da produção dessas comunidades, são características que enquadram esse tipo de organização na categoria modo de produção asiático.

Pode-se destacar ainda dentro do império inca a quantidade de festas, cerimônias religiosas e públicas, que eram promovidas pelo Estado inca. Note-se, porém, que esse grande número de festividades funcionavam muito mais como um estreitamento de

laços entre Estado e o camponês, tornando, de certa forma, toleráveis os pesados impostos exigidos pelo soberano.

O Estado inca ainda cobrava do camponês um outro tipo de imposto, denominado mit'a, que se configurava em um serviço compulsório que poderia compreender algum tipo de serviço prestado ao exército ou na construção e conservação de estradas ou ainda na construção de canais, ou ainda trabalhando nas minas de prata ou cobre. Numa sociedade hidráulica onde o acesso a água era bastante restrito, foi necessário o ajuntamento de uma grande quantidade de mão-de-obra, pois sem a execução de tais obras o império seria inviável.

O Estado inca mantinha um rígido controle sobre a sua administração. Podemos perceber esse controle através dos quipicamayos, que formavam uma classe a parte. Eles eram os contadores estatais, responsáveis por registrar nos quipus – cordas de diversos tamanhos e cores, onde os nós indicavam a quantidade – tanto os números populacionais quanto os dados sobre os bens armazenados em depósitos do governo. Com essa medida o Estado inca evitava o desperdício e mantinha sempre suas finanças em dia. Mas se os quipicamayos cometessem qualquer erro que fosse poderiam sofrer diversos castigos, inclusive a pena de morte. Nota-se aí o quão rígido e severo era o Estado inca.

Além disso, com o intuito de manter o Estado inca pacificado, podemos falar ainda que durante o reinado de Pachacutec foi implementada uma política de reassentamentos – transferência de famílias e até de comunidades inteiras eram obrigadas a se mudarem para províncias já pacificadas – o Estado inca almejava, dessa forma, evitar rebeliões no império. Podemos, então, afirmar que essa prática era uma forma de manter sob controle a vasta área imperial que continha um elevado número de grupos étnicos, evitando algum tipo de revolta contra o soberano e o Estado inca.

Portanto, percebe-se como o Estado inca se apropriava de determinados elementos, como na posse da terra, fazendo com que aquilo rendesse para o sustento, não só dos camponeses, mas principalmente do soberano Inca e dos seus agregados.

LEIS INCAS: CONTROLE E ORDEM SOCIAL

Uma sociedade tão estratificada como a inca apresentava leis rígidas que regiam as vidas e eram essenciais para manter a hierarquização social.

O estudo dessas leis, registradas pelos cronistas como Cieza de León e Garcilaso de la Vega, revela que definiam até hábitos das pessoas do Império, como por exemplo, onde cultivar, como se vestir, e até com quem casar.

No Estado não haviam construções destinadas ao isolamento de transgressores da lei como forma de punição, pois, geralmente, as punições eram aplicadas de formas rápidas, imediatas e bem definidas. Muitas das penas eram capitais.

A respeito de penas pecuniárias ou de confisco de bens, Garcilaso de la Vega diz que tais penas não eram aplicadas no Império, porque para os incas esses tipos de punições não dariam a devida lição ao transgressor da lei que, assim, poderia vir a cometer posteriores crimes maiores:

(...) porque diziam que castigar nas posses e deixar vivos os delinquentes não era desejar tirar os maus da república, mas sim os haveres aos malfeitores e deixá-los com mais liberdade para que fizessem maiores males.⁹

Ainda segundo o mesmo cronista as leis do Estado não deveriam ser arbitradas (interpretadas) pelos juízes que deviam apenas aplicá-las e não questioná-las, por mais rigorosa que fosse a pena e leviano o delito. Pois a lei era feita pelo Inca – filho de Inti e legislador supremo – ,e seu Conselho Supremo, sendo portanto mandamento divino:

(...) o Sol as mandava fazer e as revelava a seu filho o Inca; daqui nascia têr-se por sacrilégio e anátema o quebrador da lei, ainda que não se soubesse seu delito.¹⁰

Cada sujeito deveria cumprir o seu papel designado dentro da hierarquia estatal e além disso poderia denunciar injustiças ou abusos de poder, para que os fatos fossem apurados e as devidas providências fossem tomadas, pois uma sociedade de mentalidade fortemente religiosa não poderia admitir a quebra da lei, considerada divina. Era o Inca que recebia a lei do Sol, e como imperador divino transmitia essa lei aos seus adoradores que deviam cuidar para que a ordem cósmica, em respeito ao Inca, não fosse quebrada.

UMA RELIGIÃO DO ESTADO

Podemos mencionar outra característica comum a sociedade inca que se refere à idéia de religião ligada a vários deuses e suas diferentes representações e como a ideologia estava relacionada através de um complexo sistema religioso, “que traduzia o mundo como um reflexo imutável da ordem Superior, cósmica, identificada com o déspota.”¹¹ Ou seja, a ordem cósmica apresentava o Inca no topo de uma hierarquia de poder, onde a religião definia os traços que deviam ser seguidos na realidade social dos incas. A religião dos incas fazia parte da constituição do Estado.

Além disso, percebemos o quanto à religião estava ligada ao trabalho do camponês inca, como nas várias cerimônias públicas religiosas feitas em agradecimento às divindades por terem tido uma boa colheita, por exemplo. Observamos ainda o papel do Estado inca nessas manifestações religiosas, que serviam também como uma forma de estreitar os laços entre camponês e o Estado inca.

Dessa forma, nota-se como o Estado inca inculcava a religião no pensamento dos camponeses, isto é, como uma forma de se fazer presente perante a população inca.

Igualmente, podemos falar ainda como o Estado inca dentro do seu caráter expansionista e militarista, absorvia outras divindades cultuadas pelos povos subjugados; entretanto, da mesma forma que o soberano inca permitia o culto de outras divindades o rei inca manifestava o desejo que o deus Sol (Inti) fosse também cultuado pelos povos conquistados.

Percebemos, dessa forma, como os súditos do imperador deveriam prestar reverência ao soberano, visto que o déspota era considerado um deus na Terra. Podemos, então, afirmar que o soberano inca utilizava-se da religião e dos diversos deuses cultuados dentro do império também como uma forte base ideológica ratificando, assim, as suas decisões que se tornavam irreversíveis.

Portanto, podemos inserir, em nossa análise, a religião inca dentro de um complexo sistema administrativo-político e social, a partir de uma relação direta que essa religião mantinha com a sociedade inca nas suas mais variadas formas de

expressão, fosse no culto as mais variadas divindades ou na manifestação religiosa típica em agradecimento as boas colheitas.

CONCLUSÃO

A consideração de que a invasão europeia à América trouxe exploração aos povos americanos é uma afirmação que não nos deixa sobra de dúvidas. Entretanto, a análise do Estado Inca revela que havia dominação e exploração organizada na América desde o período pré-colombiano.

A dominação de um vasto império demandou vários esforços do Estado Inca para impor a um grande número de povos das mais diversas etnias um Estado centralizado, representado na figura de um déspota – o Inca.

Esse projeto unificador pôde ser construído por meio da conquista, da coerção e do convencimento ideológico, onde podemos identificar, por exemplo, respectivamente: o militarismo, a corvéia (mit'a) e a religião do estado.

Podemos dizer que o Estado inca tinha como característica o militarismo – sendo o militarismo algo comum aos estados que buscam formar impérios – , mas como tal não devemos observá-lo simplesmente como um lugar da exploração e da coerção generalizada que, assim, suga e oprime os indivíduos menos favorecidos. Pois, o Estado bem estruturado dos incas garantia não só segurança e conforto de uma dita “classe dominante”, mas também milhares de famílias tinham acesso às terras férteis disponibilizadas pelas obras públicas, que viabilizavam terras para o cultivo em locais inimagináveis para a execução da agricultura – dadas as diversas dificuldades geográficas da região andina.

NOTAS

¹ AQUINO, JESUS. OSCAR. *As Sociedades Agrárias*. In: *História das Sociedades Americanas*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004, p. 48.

² *História da América através de textos / seleção, organização e introdução Jaime Pinsky*. São Paulo: Contexto, 1989 .– (textos e documentos; v. 4), p. 15.

³ *Idem*. p. 15.

⁴ Pachacutec, O homem que fez Tremer a Terra. In: *Civilizações Perdidas*. Rio de Janeiro: Abril, 1998, p. 53.

⁵ *Idem.* p. 53.

⁶ MURRA, John. *As Sociedades Andinas Anteriores a 1532*. In: História da América Latina: A América Latina Colonial I, volume 1 / Leslie Bethell (org.); (Tradução Maria Clara Cescato). 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de SP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

⁷ Vidas de Duro Labor e Alegre Diversão. In: *Civilizações Perdidas*. Rio de Janeiro: Abril, 1998, p. 124.

⁸ *Idem.* p. 125.

⁹ Garcilaso de la Vega, El Inca. *O universo Incaico/O Inca Garcilaso de la Vega*; trad. Rosângela Dantas; seleção de textos Franklin Valverde; Apresentação Cláudio Giordano. São Paulo: EDUC/Giordano/Loyola, 1992, p. 38.

¹⁰ *Idem.* p. 41.

¹¹ AQUINO. JESUS. OSCAR. *As Sociedades Agrárias*. IN: História das Sociedades Americanas. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004, p. 53.